

A RELAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS E O ALUNO SURDO: UM ESTUDO DE CASO

Luciane Santos¹
Priscila Soares Vidal Festa²

RESUMO

Em um tempo onde somos convidados a repensar sobre a educação como direito de todos, surge questionamentos sobre a inclusão escolar dos surdos, o papel do Intérprete de Língua de Sinais e sua função em sala de aula. Esse artigo foi desenvolvido com o objetivo de conhecer qual é o papel desse profissional e qual é a sua relação com o aluno surdo. Como fundamentação teórica foi usado os seguintes autores: Quadros (2004), Leite (2005), Gesser (2009) e Lacerda (2011). Como método foi usada a pesquisa qualitativa e como instrumento das pesquisas foi usado o questionário respondido pela intérprete e a observação em sala de aula. Como resultados encontraram-se muitas funções ao intérprete não relacionadas ao seu trabalho, tais como: ajudar o aluno a resolver exercícios, resolver, juntamente com a coordenação pedagógica, problemas comportamentais do aluno, ensinar a Língua de Sinais ao aluno quando surge interesse por parte dele. A presença do intérprete de Libras em sala de aula regular é de suma importância, porém, os progressos serão vistos a partir da colaboração de outros setores sociais, como instituições e Ministério da Educação, para que o profissional possa atuar efetivamente em sua área sem sobrecarga de tarefas.

PALAVRAS – CHAVE: Inclusão. Surdez. Intérprete de Libras.

ABSTRACT

In a time where we are invited to rethink about the education as a right for all, questions arise about the school inclusion of the deafs, the sign language interpreter paper and his function in classroom. This article was developed with the objective to know what is the paper of this professional and what is his relation with the deaf student. As theoretic fundaments were used the following authors: Quadros (2004), Leite (2005), Gesser (2009) e Lacerda (2011). As method was used the qualitative search and as instrument of this search was used a questionnaire answered by the interpreter and the observation in the classroom. As results were found many functions not associated to interpreter job, such as: help the student to solve exercises, solve, with the pedagogical coordination, student behavior problems and teach the sign language to the student when arise interest from him. The Libras interpreter presence in regular classroom is very important, however, the process will be seen from the collaboration of others social sectors, as institutions and the Education Ministry, so that the professional can actually act in his area without overload of tasks.

KEYWORDS: Inclusion. Deafness. Libras Interpreter.

¹ Licenciada em Letras – Português/ Inglês – FACEL. *Email:* lu_dombosco@hotmail.com

² Pedagoga, Mestre em Distúrbios da Comunicação, especialista em Educação Especial com ênfase em inclusão; LIBRAS / Língua Portuguesa: ensino bilíngue para surdos e Psicopedagogia Clínica e Institucional. Professora das Faculdades OPET. *E-mail:* priscila.festa@yahoo.com

INTRODUÇÃO

Em um tempo onde os temas “preconceito” e “exclusão” deram vez à “igualdade” e “respeito humano”, se desperta o interesse de saber se a educação já é um direito conquistado por todos. Ao perceber que na prática esse direito ainda não tinha sido alcançado, surge então a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, no ano de 1990 (UNESCO, 1990). Um dos objetivos é satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem e declara que “cada pessoa- criança, jovem ou adulto- deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem” (UNESCO, 1990, p.03). O enriquecimento dos valores culturais e o respeito às heranças linguísticas, espirituais e culturais também são outros objetivos para promover a educação.

Dentro desse contexto, as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiência têm um olhar e uma atenção especial, reconhecendo que é necessário tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação a todos os portadores de qualquer tipo de deficiências.

A partir da importância sobre a educação especial, a Conferência Mundial de Educação Especial, em uma assembléia em Salamanca, na Espanha, em 1994, discute sobre princípios, políticas e práticas na área das Necessidades Educativas Especiais. Dentre as proclamações da Declaração, ressalta que alunos “com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades” (UNESCO, 1994, p. 08).

A Declaração também demanda aos governos que eles tenham prioridade política e financeira para aprimorar os sistemas educacionais para torná-los aptos à inclusão, independentemente das deficiências ou dificuldades individuais dos alunos e que os mesmos adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares. Até então o olhar na educação inclusiva nunca teve tamanha valorização e preocupação.

Acolher todas as crianças no âmbito escolar e social, independente de suas condições físicas, intelectuais, linguísticas vai além da mentalidade educacional baseada na ideia que o mesmo serve para todos. Pensar em cada indivíduo como ser único é apostar numa pedagogia centrada na criança, que é benéfico não somente para os estudantes, mas para a sociedade num todo.

Mediante esse contexto, essa pesquisa visa adentrar e conhecer um pouco mais sobre essa realidade. O tema: “A relação do intérprete de Libras e o aluno surdo: um estudo de caso” nasce a partir dos questionamentos acerca da realidade do ensino/aprendizagem da educação dos surdos. Qual é a relação do intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e o aluno surdo? Qual é o papel do intérprete e o que acontece de fato no dia a dia em sala?

O objetivo é verificar a realidade do intérprete de Libras em uma escola regular inclusiva em Curitiba. Para isso, será discutida a questão da inclusão de surdos na escola regular, a importância e o papel do intérprete de Libras educacional e analisado um questionário respondido pela intérprete dessa escola.

TEXTO

O Brasil, em acordo com a inclusão internacional, também tem um olhar específico à educação especial e assegura, pela lei, o acesso à educação, oferecida na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, segundo a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (BRASIL,1996). Além de um lugar específico e serviços especializados para atender os alunos, a lei também garante ao aluno recursos educativos específicos para atender suas necessidades, professores com especialização adequada em nível médio ou superior capacitados para atender esses alunos.

Assegurados pela lei, os surdos também tem acesso à educação e atualmente encontram espaços que atendam as suas principais necessidades. Porém, para compreender como ocorre a inclusão dos surdos no Brasil, faz-se necessário entender como a surdez é vista na sociedade.

Ao se tratar da surdez, os pensamentos sempre foram controversos. A concepção da surdez é entendida em dois aspectos: a concepção clínico-terapêutica e a concepção sócioantropológica (GESSER, 2008).

A surdez, dentro da concepção clínico-terapêutica, consiste no entendimento da surdez como limitação, com seus fundamentos no olhar biológico e na necessidade de normalização. Para Gesser (2009), a surdez não é um problema para o surdo, mas para a sociedade que tenta o tempo todo buscar a normalidade, buscar recursos cirúrgicos para tornar o surdo “normal” e se enquadrando assim no grupo majoritário da sociedade. Ela ainda ressalta que, apesar de existir ainda os velhos discursos oralistas, muitas conquistas foram alcançadas como, por exemplo, a oficialização da Libras (p.78). Sobre a oralização, Gesser (2009) ainda discorre:

A oralização é uma prática dos ouvintes- imposta aos surdos e pautada numa não aceitação da surdez como traço cultural- e aqueles que a defendem acreditam ser ela (a oralização) a única possibilidade de sobrevivência e de integração do surdo na sociedade majoritária. (p. 82).

No entanto, a concepção socioantropológica consiste no entendimento da surdez como uma experiência visual e cultural. Sua construção cognitiva é concretizada por meio da língua de sinais; no acesso a uma educação bilíngue, tendo como segunda língua a língua portuguesa, e em geral é uma concepção que se valoriza não apenas do que as pessoas pensam dos surdos, mas do que eles mesmos pensam sobre si. Gesser (2008) complementa que a língua de sinais, ao contrário do que se pensa, não é uma língua universal, ou seja, um código transmitido para os surdos de toda a parte do mundo (p. 11), mas é uma língua com estrutura própria, sendo que cada país possui sua própria língua. Como exemplo, pode-se citar a ASL (American Sign Language), língua de sinais utilizada nos Estados Unidos, na França, a Língua de Sinais Francesa (LSF), entre outras. Há diversificações e mudança da língua em cada comunidade linguística e espaço territorial, ou seja, onde quer que exista uma comunidade surda, haverá diversificações na língua.

A própria legislação brasileira traz uma concepção socioantropológica da surdez, que é vista a partir do uso da Libras (Língua Brasileira de Sinais) sendo esta uma língua visual-espacial. A Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida no território brasileiro pela lei nº 10.436 em 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002). Nesse sentido, a Libras é reconhecida como uma forma de comunicação legal, que tem sua estrutura gramatical própria que constituem o sistema de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

A partir do vigor da mesma, é garantido o apoio do uso e difusão da Língua, onde as instituições e serviços públicos de assistência à saúde devem garantir tratamento e atendimento adequado. Além disso, todo o sistema educacional deve garantir a inclusão nos cursos que abranjam a área da educação dos surdos como parte integrante dos PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2002).

Outro documento importante na área da surdez é o Decreto 5626/2005 (BRASIL, 2005). Ao analisar esse Decreto (que regulamenta a Lei nº 10.436) e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que refere-se à lei da acessibilidade (BRASIL, 2000), é possível compreender o olhar da política pública brasileira sobre a pessoa surda e sua inclusão.

Segundo o decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, interagem com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras (BRASIL, 2005). O decreto ainda menciona a inclusão da Libras como disciplina curricular, onde diz que deve ser inserida obrigatoriamente nos cursos de formação de professores no magistério, em nível médio e superior e nos cursos de Fonoaudiologia, em instituições públicas e privadas e em todos os cursos de licenciatura, e optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional (*ibid.*, 2005).

A formação do professor e instrutor de surdos também é abordada no decreto, assim como reconhece a necessidade de intérpretes em espaços, institucionais, como escolas, tribunais, hospitais, entre outros locais públicos para garantir à população surda seu direito linguístico e acesso à informação.

Dessa forma, percebe-se que o papel do intérprete tem valor inestimável ao se tratar da comunicação entre surdos e ouvintes na sociedade. O intérprete é o profissional que interpreta de uma língua fonte para outra língua (língua alvo) o que foi dito. Já o tradutor é considerado a pessoa que traduz um texto escrito de uma língua para outra (QUADROS, 2004).

Para Lacerda (2011), a diferença entre as duas profissões são operacionais, pois o tradutor converte um texto escrito em outro texto escrito, e o intérprete parte de uma comunicação oral para outra comunicação oral (p. 18). Assim, o papel dos dois tem diferentes funções, no qual cada um deles tem suas vantagens e desvantagens. O intérprete, diferente do tradutor que tem à sua mão o texto para possíveis consultas, tem apenas o texto que está sendo transmitido naquele momento, e o seu trabalho é feito sem nenhuma consulta, por isso, se faz necessário ao intérprete conhecer a fundo tanto a língua fonte quanto a língua alvo. Se o tradutor precisa dominar a língua escrita, assim o intérprete precisa ter o domínio da língua oral. No caso do TILS (Tradutor Intérprete de Língua de Sinais), existe a ação de tradução (da Libras para o português) e de interpretação (do português para a Libras). Lacerda (2011) ainda ressalta que o trabalho do intérprete não pode ser visto apenas como um trabalho linguístico, mas que também é necessário considerar a esfera cultural e social na qual o discurso está sendo anunciado, sendo fundamental conhecer o funcionamento e os diversos usos da linguagem (p. 21). Portanto esse profissional é de suma importância para a comunicação efetiva do surdo na comunidade ouvinte, pois faz a mediação linguística entre a língua oral e a língua de sinais.

O exercício da profissão de Tradutor e intérprete de Libras (TILS) é regulamentado pela Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, onde o intérprete terá competência para realizar a interpretação simultânea de duas línguas: Libras e Língua Portuguesa. O documento discorre sobre os meios de formação profissional,

os lugares de convalidações de certificado e exames de proficiência (BRASIL, 2010) que são necessárias para sua atuação profissional.

No artigo 6º dessa Lei, são descritas as atribuições do tradutor e intérprete, que são:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

O artigo 7º dessa Lei regulamenta o que diz respeito sobre os valores éticos do profissional, o respeito à pessoa surda e à sua cultura, ao seu sigilo e discricção quanto à informação recebida, à imparcialidade e fidelidade aos conteúdos traduzidos, à postura e conduta aos ambientes que precisar frequentar, devido ao seu exercício profissional. Dessa forma, o TILS é o responsável pelas escolhas lexicais para se aproximar o máximo possível da língua fonte para a língua alvo, para isso, necessita de muito conhecimento técnico para os processos altamente complexos (QUADROS, 2004).

Ao se tratar da Língua Brasileira de Sinais, o profissional deve dominar a língua de sinais e também a língua portuguesa. Uma especificidade do intérprete de Libras é seu trabalho na educação, denominado Intérprete Educacional (IE) (LACERDA, 2011). O objetivo principal não é apenas traduzir, mas buscar, juntamente com o professor, meios diferenciados de ensino para que o aluno surdo possa ser favorecido de uma aprendizagem especificamente elaborada e pensada, e, conseqüentemente eficiente.

Nesse processo, cada um precisa conhecer o seu papel e o papel do outro, pois o intérprete não ocupa o lugar do professor, que é de ensinar, assim como o papel do intérprete, que é interpretar. As aulas devem ser planejadas pelo professor e o intérprete pode sugerir atividades em que o aluno poderá ter uma melhor compreensão do conteúdo. O trabalho em parceria ajudará no desenvolvimento do aluno. Para o professor, o conhecimento prévio da Língua de Sinais pode possibilitar uma aproximação com seu aluno, fazendo com que a inclusão em sala seja de fato concreta.

Uma das dificuldades apontadas pela autora é que o ensino da Língua de Sinais nas instituições de ensino superior ainda é limitado; a quantidade de horas de curso de Libras não é equivalente à fluência dos professores, o que resulta numa formação insuficiente.

Lacerda (2011) conclui que a disciplina nos cursos superiores já é de uma grande importância, mas se faz necessário conscientizar os futuros professores sobre a importância de intérpretes de Libras-língua portuguesa em sala de aula, deixando os objetivos mais claros e a disciplina planejada adequadamente.

Ao se tratar da realidade do intérprete educacional no Brasil, Lacerda (2011) fala sobre a formação e atuação dos intérpretes de Libras nos espaços inclusivos. Em pesquisa realizada sobre a formação do intérprete para a atuação na área educacional, existe uma demanda crescente em todos os níveis de ensino. A autora

conclui que há uma complexidade no papel dos intérpretes educacionais, por precisar de uma relação maior com os surdos, e maior compromisso com os processos de aprendizagem. Uma possibilidade que Lacerda acredita é de que quanto mais qualificada for a formação para esses profissionais, maior será a quebra dessas dificuldades, que conseqüentemente facilitará a relação intérprete educacional/aluno.

O perfil de Tradutores Intérpretes de Libras que atuam no ensino superior do país também pode ser aqui destacado. Lacerda e Gurgel (2011) mencionaram em sua pesquisa aspectos da formação do intérprete e suas práticas. A pesquisa traz resultados de investigação com esses profissionais, que resultou em diferentes perfis para atuarem como intérpretes. Pôde-se notar que a maioria deles passou por formação em Libras, porém, menos da metade tem formação específica para atuar como Tradutores intérpretes de Libras (TILS). A presença de profissionais, principalmente no âmbito acadêmico é essencial, mas ainda está em processo de desenvolvimento e o próprio Instituto de Ensino Superior precisa definir o perfil do intérprete.

Leite (2005) aborda em sua pesquisa os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva. A atuação desse profissional em sala de aula e reflete sobre a necessidade de garantir uma educação que promova o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo surdo. A autora acredita que a responsabilidade deve partir do reconhecimento dos órgãos públicos educacionais, para que tenham um olhar especial referente às necessidades escolares reais.

Outra autora que pesquisa sobre assunto é Marcon (2012). A autora analisa a relação intérprete/aluno surdo e a compreensão de conceitos pelo surdo. A pesquisa volta-se para a interação do intérprete e o surdo, e o processo da construção de conceitos pelo surdo na interação com o intérprete de Libras. O indivíduo surdo pode criar suas ideias a partir da condição tradutória do profissional. O intérprete, ao perceber as dificuldades de seu aluno, realiza explicações para poder contextualizar e por fim, sanar dúvidas que o surdo pode encontrar.

Portanto, o papel do intérprete vai muito além de interpretar uma língua para outra, sua função é maior que ser apenas ponte para uma boa comunicação. Ele está completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação (QUADROS, 2004). Ainda, seu papel na educação inclusiva de alunos surdos tem importância ao realizar a mediação linguística entre professores/colegas ouvintes e permitir o acesso do aluno surdo aos conhecimentos escolares.

Vale ressaltar que para haver a efetiva inclusão do aluno surdo, a direção, a coordenação pedagógica, os professores, os intérpretes e o próprio aluno necessitam trabalhar em cooperação para que seu rendimento e objetivos sejam alcançados, afinal, todos têm responsabilidade nesse processo (SILVA, 2011).

Baseado nesses conhecimentos a respeito do papel do intérprete no ambiente escolar, essa pesquisa buscou verificar a realidade do intérprete de Libras em escola regular inclusiva em uma escola pública de Curitiba.

METODOLOGIA

Para realizar esse trabalho, o método empregado foi de cunho qualitativo. Duarte (2002) ressalta que, ao utilizar a metodologia de base qualitativa, dificilmente

o número de sujeitos que irá compor a pesquisa poderá ser determinado *a priori*, pois isso dependerá da qualidade das informações adquiridas em cada depoimento.

O campo de pesquisa limitou-se à realidade de uma determinada escola pública de Curitiba que possui um aluno surdo e um intérprete de Libras, numa turma de 6º ano do Ensino Fundamental. O acompanhamento e observação das aulas foi o principal meio para acompanhar a realidade do dia-a-dia do intérprete e do aluno surdo. Por meio das observações foi possível identificar se a inclusão de fato acontece, como o intérprete realiza sua função que lhe compete e também procurou-se constatar se a prática caminha com os estudos teóricos referentes à educação e inclusão dos surdos.

Após o término das observações, o intérprete respondeu a um questionário elaborado a respeito da temática da surdez para análise de dados. Nesse caso, a intérprete será identificada como I1. A intérprete (I1) respondeu o questionário, composto por 14 (quatorze) questões, sendo 8 (oito) abertas e 6 (seis) fechadas. Foram levantadas 3 (três) temáticas: participação da família, construção de vínculos, relação da intérprete com a escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira temática é relacionada com a participação da família e do próprio aluno no processo de inclusão. A respeito do envolvimento do aluno com a língua de sinais e seu interesse em sala de aula, I1 comenta que:

O aluno não utiliza a Língua de Sinais. A família pediu para não usar. Ele demonstra interesse em algumas aulas, principalmente quando o professor utiliza materiais visuais.

Ao ser questionada sobre haver alguma observação que poderia realizar para contribuir com a pesquisa, I1 relata que:

Bom, o que tenho a dizer é que me empenho ao máximo para ajudar a compreensão do aluno com o conteúdo transmitido em sala. O mesmo deixa de executar as atividades e trabalhos de casa. A família não colabora com essa questão e ainda pediu para não usar a Língua de Sinais.

Nesse caso, apesar de existir uma legislação que defenda o uso da Libras, a própria família não concorda com seu uso. O aluno se interessa nas aulas em que o aprendizado é via visual, mas a família não reconhece essa questão. Isso influencia diretamente no trabalho da intérprete, pois fica difícil a utilização da Libras sendo que o próprio aluno não a utiliza. Desse modo, a legislação está sendo cumprida, porém não há incentivo da família para isso.

Além das representações sociais da surdez, Silva (2011) ressalta a importância da família no contexto escolar do aluno surdo. Segundo a autora, a família é um fator essencial ao se tratar da pessoa surda, pois é nela que se desenvolve a interação e a comunicação. Ela afirma que os pais são parceiros no ensino aprendizagem do aluno surdo, e que eles podem colaborar com a escola dando informações de como o aluno se comunica, sua interação e suas dificuldades nesse processo.

Um ponto positivo que a autora ressalta é a importância das decisões tomadas em conjunto, visto que é na família o lugar onde a criança desenvolve as variadas formas de comunicação e que a escola e pais podem traçar juntos, estratégias de ensino que melhor atenda suas necessidades, melhorando assim o processo de ensino/aprendizagem.

A segunda temática é relacionada à construção de vínculos nesse processo, entre os alunos e a profissional intérprete de Libras. No que diz respeito sobre o convívio intérprete/aluno e a aceitação do auxílio da profissional, I1 comenta:

Quando cheguei para trabalhar com o aluno ele me ignorava, não queria minha ajuda e mesmo hoje há dias em que ele não quer minha ajuda.

Ao perguntar sobre o olhar dos alunos ouvintes, se já existiu algum tipo de preconceito por parte deles, I1 afirma:

Isso nunca aconteceu. Todos os alunos entenderam qual minha função em sala.

Sobre a relação afetiva do aluno e intérprete é possível perceber que o aluno ainda é distante da intérprete. Referente a isso, Lacerda (2011) comenta que para a aproximação dos intérpretes precisa levar em conta características como faixa etária, espaço familiar, entre outros, pois muitos alunos, ao chegar à escola não se sentem seguros como no ambiente doméstico e que precisam de tempo para se acostumar com a escola e com a forma de se relacionar.

Com relação aos alunos ouvintes, as aulas de observação ajudaram a entender melhor essa situação. Em sala, a intérprete e os alunos ouvintes têm uma considerável relação social, porém isso acontece apenas com a intérprete, o foco principal, que é a inclusão do aluno surdo, nesse caso efetivamente não acontece.

A terceira temática diz respeito à relação que a escola (coordenação e professores) tem com a profissional intérprete de Libras. Ao ser questionada sobre capacitações oferecida pela escola para os professores, referente a dúvidas sobre o trabalho do intérprete, I1 responde:

Não. Até mesmo eu já tentei explicar e dar algumas orientações aos professores onde alguns não conseguem estabelecer um entendimento sobre isso.

A partir dessa resposta, percebe-se que a intérprete assume o papel de “coordenação”. A coordenação da escola parece não ter relação entre professor/intérprete. Quando perguntado sobre o suporte da escola dado ao profissional, I1 afirma que nem a escola está preparada para a inclusão

Nesse caso fica evidente que o intérprete está sozinho no processo. Não há suporte para o profissional, nem mesmo para o aluno ou para uma formação básica para os outros professores. De acordo com essa realidade, Silva (2011) relata a insegurança e o despreparo da escola num modo geral para atender as necessidades dos alunos com surdez em sala de aula.

A I1 ainda comenta sobre a comunicação professor/intérprete fora da sala de aula, se existe esse tempo onde possa ser preparado o conteúdo para uma melhor compreensão do aluno surdo. Ela afirma que:

Sim, existe essa comunicação sim, mas nem todos os professores têm um entendimento do que fazer para a aprendizagem do aluno.

Percebe-se aqui que os professores ainda não tem uma visão exata do seu papel ao se tratar de inclusão e não sabe também a função do intérprete educacional. Sobre esse fato, Lacerda (2011) ressalta que professores e intérpretes devem buscar juntos meios diferenciados de ensino para que o aluno possa ser favorecido de uma aprendizagem especificamente elaborada e, conseqüentemente eficiente, e que nesse processo, cada profissional precisa conhecer bem o seu papel e o papel do outro; que cabe ao professor ensinar e ao intérprete, interpretar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve o objetivo de verificar a realidade do intérprete de Libras em uma escola regular inclusiva de Curitiba. O trabalho da intérprete e seu cotidiano foi acompanhado durante um período, e pôde-se notar diversas dificuldades enfrentadas em relação as temáticas apresentadas. Por não haver apoio familiar e do próprio aluno, que não utiliza a Língua de Sinais, o trabalho da intérprete fica comprometido. A relação com o aluno surdo também é prejudicada, pois não há interesse por parte dele e o seu contato com a intérprete acontece quando as dúvidas em relação a algum conteúdo não conseguem ser sanadas. A falta de apoio por parte da escola também é um fator relevante e acaba por sobrecarregar a profissional, que acaba assumindo inúmeras funções além do interpretar.

Para que a inclusão de surdos aconteça, é necessário mais do que a presença da intérprete em sala de aula, precisa da interação de professores e intérpretes para que sua atuação conjunta garanta uma educação que promova desenvolvimento de potencialidades do aluno surdo; preparo para a coordenação pedagógica e para os professores; um olhar especial das autoridades sobre a realidade da inclusão no país; alternativas para que o intérprete não se sobrecarregue em funções que vão além do seu ofício.

A escola poderia movimentar ações e projetos para trazer a realidade surda para o cotidiano escolar, como palestras e capacitações aos professores e educadores em geral sobre inclusão, ensino de Libras para alunos, funcionários e comunidade, principalmente para a família de alunos surdos, profissionais disponíveis para sanar dúvidas que surjam no dia a dia, tanto dos professores e intérpretes, como dos funcionários e educadores em geral.

O progresso na educação inclusiva acontecerá a partir da colaboração e empenho de todas as faces da sociedade, quando não for apenas um problema de um grupo minoritário em busca de melhorias, mas quando instituições, famílias, profissionais da educação e autoridades representativas se unirem na busca de um conhecimento mais claro sobre questionamentos acerca da inclusão.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- _____. Decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005. Brasília, 2005. Língua brasileira de sinais – LIBRAS. Brasília, 2005.
- _____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Língua brasileira de sinais – LIBRAS. Brasília, 2002.
- _____. Lei nº 10.098. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.
- _____. Lei nº 12.319. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2010.
- _____. Parâmetros Curriculares Nacionais. MEC: 2002.
- UNESCO. Declaração Mundial sobre a educação para todos. In: Conferência Mundial de Educação para todos, 1990. Jomtien, Tailândia.
- _____. Declaração de Salamanca e Enquadramento de Ação na área das necessidades educativas especiais. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE, 06, 1994. Salamanca, Espanha.
- DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 115, p.139-154, 2002.
- GESSER, A. Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica dos paradigmas. Trabalhos em Linguística Aplicada. Campinas, v. 47, n. 1, p. 223-239, 2008.
- _____. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- LACERDA, C. B. F. Intérprete de libras: Em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 3ª Edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.
- _____; GURGEL, T. M. A. Perfil de Tradutores-Intérpretes de Libras (TILS) que atuam no Ensino Superior no Brasil. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.17, n.3, p.481-496, 2011.
- LEITE, E. M. C. Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2005.
- MARCON, A. M. O papel do tradutor/intérprete de Libras na compreensão de conceitos pelo surdo. Revista Virtual de Estudos da Linguagem, v. 10, n. 19, 2012.
- QUADROS, R. M. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2004.
- SILVA, L. B. Inclusão de alunos surdos na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Moreira Soares. 2011. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2011.